

Modelo chileno também está em debate

O encontro, ontem, entre o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, e o ocupante do mesmo posto na Argentina, Domingo Carvalho, com certeza esquentará o debate sobre mais um possível efeito **orloff**, no sentido de a economia nacional seguir a iniciativa do país vizinho, dolarizando a economia.

No Ministério da Economia, esse processo não é rejeitado, mas entendido como um remédio a ser utilizado em último caso. De acordo com um diretor de departamento da Secretaria de Política Econômica, a dolarização é uma medida muito mais a ser evitada do que tomada. Para eles, o “zelismo” (filosofia de trabalho da ex-ministra Zélia e equipe) já deu o tom do caminho brasileiro; o efeito **orloff** à chilena, que deu certo, e não à Argentina, cujo resultado a longo prazo ainda é imprevisível.

O efeito **orloff** à chilena foi observado pelo representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, David Atkinson, poucos meses após a posse do presidente Fernando Collor. “O Chile aplicou a maioria das medidas que o Brasil está adotando agora”, observou. A

economia chilena voltou a crescer no final da década passada, após, pelo menos, cinco anos de recessão, administrada de forma a solucionar as tensões financeiras e melhorar a própria competitividade industrial. A inflação anual no país andino é de 20 por cento.

Reformas — A longa recessão chilena foi fruto de políticas monetárias e fiscal austeras, combinadas com uma série de reformas, sintetiza Atkinson, que já coordenou e chefiou atividades do BID naquele país. “Foram reduzidas as barreiras protecionistas, diminuída gradualmente a intervenção do Estado da economia, contraída a máquina governamental, renegociada a dívida externa, modificado o sistema financeiro (papel dos bancos e transparência de mercado), privatização de estatais, da Previdência e várias outras iniciativas que o Brasil está tomando”.

À exceção da privatização da Previdência Social, todas as outras iniciativas foram tomadas no primeiro ano do governo Collor e mantidas até agora, apesar de muitos economistas questionarem a pouca profundidade de algumas delas.

Dolarização — O secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, é contrário à dolarização da economia brasileira. Por várias vezes, como professor da USP Macedo afirmou que a concretização desse fato feriria a soberania do País. Entretanto, ele avisava que o Brasil caminharia para isso, caso a sequência de planos econômicos fracassados persistisse.

O coordenador da área externa da Secretaria Especial de Política Econômica, Carlos Eduardo de Freitas, explica que o “Governo perderia o imposto gerado pela inflação, resultado da desvalorização causada pelo efeito inflacionário no valor de face da moeda que emite”.

Macedo reprime tal a possibilidade de dolarização a ponto de caracterizá-la como uma “vergonha para o Brasil”. A receita para evitá-la, segundo ele, seria o “aprofundamento gradual do equilíbrio monetário e fiscal”. Na avaliação do Roberto Macedo, o País teria tempo para isso, porque sua “situação está distante de se equiparar à argentina, onde bares e lojas recebem o dólar sem pensar duas vezes”.